

MEMORANDO

MEMO: 87/2019 – ASSESSORIA JURÍDICA
DE: ASSESSORIA JURÍDICA COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES
PARA: GABINETE DO COORDENADOR DA CGCL
ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DE PARECER FINAL
PROC. Nº 387/2019- SEMAG

Senhora Coordenadora,

Reenviamos à Vossa Senhoria os autos do processo em epígrafe, cujo objeto é o **Registro de preço para aquisição de material permanente em geral para atender as necessidades do município de Timon/MA**, com análise e emissão de parecer jurídico acerca do procedimento licitatório em apreço, conforme reza o artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8666/93.

Nesse sentido, aguarda conclusão do procedimento.

Timon, 30 de abril de 2019.


Luana Mara Santos Pedreira
Assessoria Jurídica – CGCL
Port. 049/2017-GP
OAB/PI nº 13.170

PARECER TÉCNICO – JURÍDICO FINAL

Processo Administrativo: 387/2018

Processo Licitatório: 013/2019

Modalidade: Pregão Presencial (SRP)

Objeto: Registro de preço para aquisição de material permanente em geral para atender as necessidades do município de Timon/MA.

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pessoal – SEMAG

Assunto: Análise final de procedimento licitatório.

RELATÓRIO

Vieram os autos do processo para análise e emissão de parecer final quanto à aprovação jurídica do procedimento em apreço, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas à luz da Lei nº 8.666/93.

Quanto às diretrizes normativas, estabelece o artigo 38 da referida lei:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

Trata-se de Processo Administrativo nº 387/2019, referente ao Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços Nº 013/2019, cujo objeto é o Registro de preço para aquisição de material permanente em geral para atender as necessidades do município de Timon/MA.

Passar-se-á à análise da documentação acostada aos autos bem como do procedimento até esta etapa do certame para verificar se o trâmite seguiu rigorosamente as normas exigidas pela Lei de Licitações.

É, no essencial, o relatório.

DA NECESSIDADE DO PARECER JURÍDICO



Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do presente para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, VI e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

Nítido é, portanto, a necessidade do presente parecer jurídico acerca do procedimento licitatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DO CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O Sistema de Registro de Preço é um procedimento demandado à Administração Pública, delineado pela Lei 8.666 de 1993 e consagrado pelo Decreto nº 3.931 de 19/09/2001, e agora recentemente pelo Decreto nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, que utiliza as modalidades licitatórias pregão ou concorrência, para realizar registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens necessários, nas quais se exigem contratações frequentes ou aquisições com entrega parcelada.

Assim dispõe o artigo 3º do Decreto 7.892/2013 sobre as hipóteses em que este sistema poderá ser adotado, senão veja-se:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;



III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Perfeitamente adequado, portanto, a adoção deste sistema de contratação e aquisição.

DA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS NOS AUTOS E ANÁLISE DA FASE EXTERNA

Verifica-se que há no processo os seguintes documentos: provocação para início do procedimento mediante **provocação para início do procedimento mediante Solicitação de Despesa** da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal – SEMAG, contendo justificativa e dotação orçamentária; Termo de Referência; com justificativa e especificações detalhadas do objeto como quantidades e valores; folhas de informação orçamentária; Designação do Pregoeiro (Portaria nº 478/2018 – GP); Minuta do Edital e do Contrato; Memorando nº 070/2019 requerendo emissão de Parecer Jurídico Inicial; Documentos de Habilitação e Propostas das empresas participantes: (01) **C. F. ARAÚJO COMÉRCIO – ME (W. P. ARAUJO)**; (02) **J. R. D. BRANDÃO EIRELI (MODELO MÓVEIS)**; (03) **V. R. COSTA (MIRANTE INDUSTRIA)**; (04) **S. R. F. SANTOS - ME (ADEQUA MÓVEIS)**; (05) **R. WAGNER DE SOUSA SILVA (R W EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA)**; (06) **DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (DISTRIMECS)**; (07) **ANTÔNIO CASTELO BRANCO COUTO NETO – EIRELI (LUCIANA MÓVEIS)**; (08) **R. O. CARVALHO DO NASCIMENTO (ÓTIMA DISTRIBUIDORA)**; e (09) **L. S. VIEIRA – ME (ONE CONTABILIDADE)**, Ata da Sessão do Pregão Presencial; Memorando nº 117/2019 requerendo emissão de Parecer Jurídico Final.



Quanto à fase externa da licitação estão os **avisos de licitação publicados** nos moldes do Art. 21 da Lei 8.666/93. Acerca da **abertura e julgamento** do certame estão devidamente registradas em ata (inciso V do art. 38 da lei 8.666/93).

Analisando cuidadosamente os autos constatou-se que os **julgamentos da habilitação e proposta de preços** foram executados em consonância com as normas editalícias, estando todo o procedimento em perfeita harmonia com a Lei 8.666/93, sem conter qualquer irregularidade.

DO RESULTADO DO CERTAME

No caso em apreço, após a abertura do certame, com subsequente julgamento da proposta e habilitação, as empresas:

C. F. ARAÚJO COMÉRCIO – ME (W. P. ARAUJO);

J. R. D. BRANDÃO EIRELI (MODELO MÓVEIS);

V. R. COSTA (MIRANTE INDUSTRIA);

S. R. F. SANTOS - ME (ADEQUA MÓVEIS);

R. WAGNER DE SOUSA SILVA (R W EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA);

DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (DISTRIMECS);

ANTÔNIO CASTELO BRANCO COUTO NETO – EIRELI (LUCIANA MÓVEIS); tiveram suas propostas classificadas, tendo sido declaradas vencedoras por cotarem os menores preços bem como por atender a todas as exigências legais e editalícias.

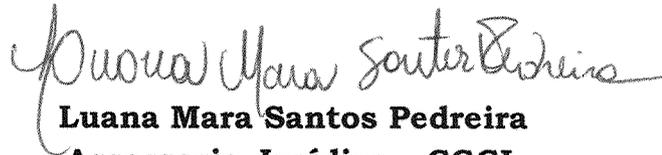
DA CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica pugna pela possibilidade de aprovação do procedimento até esta fase processual, devendo ser os

autos encaminhados à Coordenação Geral de Licitações para as providências necessárias.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Timon/MA, 30 de abril de 2019.


Luana Mara Santos Pedreira
Assessoria Jurídica - CGCL
Port. 049/2017-GP
OAB/PI nº 13.170